

Santos, F. & Verde, R. (eds.). (2022). *Atas do II Congresso Internacional de Angolanística*. Angola Research Network, 150, p.

Em Outubro de 2019, teve lugar na Biblioteca Nacional de Lisboa, o Primeiro Congresso Internacional de Angolanística, sob a égide de *Angola Research Network* (ARN), uma rede global de investigadores das realidades angolanas que tem a sua origem num grupo de investigadores da Universidade de Oxford e da Universidade Nova de Lisboa e que reúne cientistas de diversos países. A Angolanística estuda todo o objeto científico sobre Angola, com os contributos da história, linguística, economia, ciência política, folclore, antropologia, geografia, religiões e migrações bem como a sociologia da diáspora (Santos, 2020, p. 10). Não descarta também a investigação das ciências, da tecnologia e da investigação aplicada, isto é, os trabalhos dos que “cultivam as ciências duras e as aplicadas, os agrónomos ao lado dos geógrafos, os especialistas em hidrocarbonetos ao lado dos economistas, os estudiosos do turismo a par dos sociólogos (Santos, 2020, p. 10), ou seja, tudo o que individualize, caracterize ou distinga a idiossincrasia angolana.

Volvidos três anos, no verão de 2022, a ARN organizou o II Congresso Internacional de Angolanística, que debateu o tema “Continuidades e mudanças”, abordando um vasto campo relativo a continuidades e descontinuidades ocorridas e a ocorrer na política, na arte, na cultura e na sociedade angolanas. Neste II Congresso, os trabalhos estiveram divididos pelos seguintes eixos temáticos: (i) Direito e política, (ii) História e religião, (iii) Património, artes e educação bem com uma Mesa-redonda de atualidade subordinada ao tema: “Esperanças e frustrações para as eleições de 2022”. A Mesa - cujo formato foi introduzido neste II Congresso - foi composta tanto por participantes no Congresso como por convidados exteriores com vista a debater um tema mais mediático. Este Congresso constituiu, por isso, uma oportunidade de partilha sobre perspetivas teóricas e experiências a partir de olhares e lugares diversos sobre a realidade angolana razão pela qual o livro, e que agora se apresenta, reflete, naturalmente, a abordagem destas temáticas.

Trata-se de uma obra com organização e edição de Filipe Santos e Rui Verde. Filipe Santos, doutor em História, educação e estudos portugueses e conselheiro cultural do Instituto Camões, faz a Apresentação do livro, onde refere explicitamente que os Congressos Internacionais de Angolanística “estimulam o trabalho colaborativo e a troca de experiências entre os que estudam Angola” (p.5). E Rui Verde, doutor em Direito pela Universidade de Newcastle e investigador associado ao Centro de estudos africanos da Universidade de Oxford e professor do Indian Management Institute-Research, Delhi, assina a Nota de Abertura, onde sublinha que estes Congressos[de Angolanística] visam ser um “espaço público de diálogo e tolerâncias para quem quer discutir em

liberdade as questões referentes a Angola” (p.6). Esta obra, em análise, reúne 13 das comunicações apresentadas ao Congresso, de diversos temas, de autores afiliados a diferentes instituições de ensino superior (11) e de vários países (Angola, Portugal, Brasil, Suíça, Inglaterra e Bélgica).

Luiekakio Afonso assina o primeiro artigo intitulado, *A juventude da população angolana: desafios e oportunidades para o desenvolvimento*, onde aborda a problemática da juventude da população angolana, numa perspetiva sociodemográfica, com recursos a vários gráficos explicativos. A taxa significativa da população jovem neste país constituiu um grande estímulo para o processo de planificação de políticas públicas, nomeadamente no campo da educação, saúde, emprego e habitação, apostando na qualificação socioprofissional destes jovens propiciando-lhes espaços de participação política, de associativismo, empreendedorismo, desporto e lazer.

O segundo artigo, *De Angola para o Mundo”: o comércio das presas de marfim no século XVIII*, é da autoria de Rogéria Cristina Alves e tem como foco compreender o comércio do marfim *in natura* ao nível das exportações comerciais atlânticas, ao longo da centúria de setecentos. A autora sublinha a relevância económica desta matéria-prima para as finanças da coroa portuguesa.

José António Carochinho, no artigo *Atitudes dos jovens urbanos face ao alambamento: uma continuidade preservada?*, refere-se à riqueza cultural de Angola decorrente quer da existência de vários povos quer das particularidade etnolinguísticas. De entre os hábitos e costumes africanos, o autor, recorrendo a um quadro teórico das atitudes e representações sociais, centra o seu estudo no alambamento. Este, enquanto tradição cultural, consiste numa série de rituais que levam ao pedido de casamento ao ponto de ser considerado mais importante do que o próprio casamento civil ou religioso. Com base numa metodologia qualitativa e quantitativa, o autor concluiu que o cerimonial do *alambamento* é uma forma de controlo social que se reveste também de características de uma festa de família, ou melhor, de união de famílias sendo visto como um perpetuar da tradição.

No artigo, *A escrita da História de Angola pelo militar Elias Alexandre da Silva Correia*, Ingrid Leite faz uma incursão histórica muito curiosa sobre este militar, natural do Rio de Janeiro do século XVIII que fez deste texto – presumivelmente escrito entre 1787 e 1799 - uma ferramenta para obter as chamadas mercês mas também uma oportunidade para denunciar as corrupções da administração local de Angola e elogiar os governadores. Vislumbra-se já, neste militar, a preocupação por consultar documentos nos arquivos de Angola, o que, aliás, pode ser comprovado pela transcrição integral de alguns documentos como, por exemplo, a carta régia datada de 1667, de D. Afonso VI ao governador Tristão da Cunha (1460-1540) sobre a batalha de Ambuíla. Para Elias Correia, “militar de gabinete”, na expressão significativa da autora, “a escrita

de uma memória para os feitos portugueses pode ter sido muito mais uma moeda de troca do que as campanhas militares das quais possa ter participado na região” (p. 64).

João Vêncio: o narrador transculturado foi o título escolhido por Wellington Marçal para abordar o romance de José Luandino Vieira, *João Vêncio: os seus amores*, em que o romancista recorre ao ambaquismo literário como forma de transgressão da língua portuguesa. O ambaquismo literário é uma “tentativa de escrever num português que o ‘português’ de Portugal não conseguia compreender” (p.71). O autor sustenta que, nesta narrativa ficcional, emerge a tríade operatória constituída pelo uso da língua, a estruturação literária e a cosmovisão, como elementos estruturantes da transculturação.

Em *O que sabemos sobre mecenato em Africa*, Cármen Zita Monereo mostra ao leitor como o modelo de mecenato e as motivações da sua prática têm, no devir histórico, seguido um percurso evolutivo. E convoca o conceito de filantropocapitalismo, sustentando que com este artigo, “exprime a necessidade premente de escarpelizar numa explanação exaustiva os quadros conceituais teóricos e práticas de referência ou alternativas ao mecenato, o patrocínio, filantropia e mais atualmente, no mundo globalizado, com novos atores globalistas bilionários «solidários», os filantropos, que se redesenham com o recurso ao filantropocapitalismo” (p. 84). A autora traça uma visão genérica do mecenato dos primórdios à atualidade, considerando que ainda são escassos os estudos empíricos e abordagens teóricas sobre o mecenato nas geografias africanas.

No artigo intitulado *As políticas educativas influenciaram a transmissão do património linguístico angolano*, Teresa Almeida Patata, face ao plurilinguismo angolano, parte do pressuposto que a língua de ensino foi e continua a ser o português. A autora, que foca o seu estudo na província de Namibe, situada no litoral sul de Angola, sublinha, no que concerne as políticas educativas, que as línguas endógenas angolanas tiveram dois períodos: 1) no período colonial em que se excluíram as línguas faladas pelos nativos; 2) no período pós-paz nacional, nomeadamente, a partir de 2008, em que se incluiu o ensino de línguas “endógenas” nacionais angolanas nas escolas. A autora conclui que a inclusão das línguas nacionais no ensino potencia a transmissão do património linguístico angolano, contribuindo para a “sua preservação, assim como para a união nacional” (p. 94).

Sandra Ribeiro e Amélia Pita-Grós no artigo, com o título, em tom interrogativo, *A mensuração dos custos económicos da corrupção impulsiona o crescimento económico?* focam, explicitamente, o objetivo deste trabalho, que é o de identificar os canais através dos quais a corrupção e outros fatores institucionais afetam o crescimento económico. As autoras consideram que não é só importante, denunciar a corrupção como também ter uma administração pública que previna a corrupção e um sistema judicial que seja capaz de julgar com imparcialidade e competência. E concluem

“apesar de notório o esforço realizado no combate à corrupção em Angola, ainda há um longo trabalho a percorrer de forma a criar impacto positivo em todas as variáveis económicas apresentadas” (p.103).

No artigo, *As eleições de 2022 em Angola: democracia ou ditadura num estado securitizado?*, da autoria de Paula Cristina Roque, é analisado o ato eleitoral de 24 de agosto de 2022, destacando-se os principais mecanismos utilizados e as relações com o estado securitizado. No enunciado discursivo do texto, a autora desenvolve o que entende por estado securitizado, expressa a opacidade bem como a dificuldade de garantir em Angola um processo eleitoral verdadeiramente democrático num contexto de um estado securitizado, mostra-se preocupada com o dia depois das eleições em Angola (25 de agosto de 2022) e reflete sobre o atual retrocesso democrático a nível mundial. Apresenta-nos estes dados: “Mundialmente, apenas 30% das eleições resultam na alternância e na transferência do poder para outro partido. Desde 2006 que o mundo se tem tornado mais autoritário. Em 2018 quase 2 em cada 3 pessoas viviam sob um sistema de governação que não era totalmente democrático. Hoje em 2022 apenas 20% da população global vive em democracias” (p.105).

Jon Schubert, no artigo que intitulou *20 anos de Pós-Guerra em Angola: novos desafios e aberturas para a pesquisa*, pretende refletir acerca das novas perspetivas de investigação sobre Angola, considerando que, 20 anos desde o fim de guerra neste país africano, poderá ser um marco significativo para desenvolver linhas e projetos investigativos. Se bem que admita que será “uma reflexão seletiva e pessoal, condicionada pelo meu próprio acesso, propensões disciplinares e trajetória de investigação” (p.114), reconhece, porém que “um dos benefícios de trabalhar em Angola é que somos uma comunidade de investigação relativamente pequena, e que se caracteriza mais pelo apoio mútuo que por disputas fracionistas” (p.113).

Em *Descolonizando arquivos coloniais sonoros e patrimónios musicais. As coleções de folclore musical de Angola do Museu do Dundo e as memórias do trabalho forçado na Diamang*, a autora, Cristina Sá Valentim, centra o seu estudo em algumas canções *cokwe*, recolhidas no âmbito da missão de recuperação de folclore. Estas canções eram interpretadas por sujeitos negros angolanos, trabalhadores e trabalhadoras dessa empresa de diamantes – Diamang - gravadas na década de 1950 por essa empresa, situada no nordeste de Angola, sobre o que foi o trabalho forçado nas minas. A autora concluiu o artigo apelando a que “é preciso considerar que a música africana gravada durante o colonialismo português tardio constitui um importante património histórico que preservou informação que ainda não consta das narrativas oficiais da História” (p. 127).

Rui Verde, no artigo *O poder judicial. Como palco da disputa política em Angola 2017-2022*, centra-se no poder judicial, considerando que “como os outros dois poderes, é parte integrante do poder político, embora com características próprias, já

bem definidas por um dos Founding Fathers norte-americano, Alexander Hamilton, que descreveu o poder judicial como o ramo menos perigoso do governo, já que não controlava exércitos e nem tinha capacidade de lançar impostos (Alexander Bickel)” (p. 130). Focando-se no caso angolano, o autor sustenta que, em termos de poder judicial, Angola vive no que o autor designa de “ativismo preambular”, pois trata-se de “uma nova postura ativa dos tribunais num contexto de caminho da possível construção de um estado de direito, daí o preambular” (p.130). O autor conclui dizendo que os tribunais devem entrar “na arena política, dotando-os de mecanismos e instrumentos adequados para realizarem a sua função. E no caso de Angola modificar o paradigma estrutural do sistema judicial, saindo do modelo chinês-clássico para o modelo constitucional-liberal” (p. 133).

O último artigo deste livro é da autoria de Jean-Jacques Wondo e tem como título *Enjeux et perspectives des relations entre l'Angola et la RDC. Espoirs mitigés*, cujo objetivo é apresentar uma revisão panóptica dos desafios e perspectivas das relações diplomáticas, securitárias e económicas entre Angola e a RDC, dois países que partilham uma fronteira comum de 2600 km. O texto alude, entre outros aspetos, a algumas datas importantes que impactaram as relações entre estes dois países (1960-1975) e os períodos de tempos em que: (i) os dois estados eram inimigos sob o ponto de vista ideológico e em guerra indireta (1975-1997); (ii) a normalização prudente e com desconfiança das relações entre Angola e a RDC num contexto de instabilidade política na RDC (1996-2008); e (iii) as relações prudentes e desconfiadas entre Angola e a RDC (2007-2017). O autor concluiu este estudo aludindo a algumas perspectivas para 2022 e anos seguintes afirmando que as relações entre estes dois países serão melhor definidas o mais cedo possível desde 2024.

Em síntese: os textos que integram este livro oferecem leituras e perspectivas diferenciadas com abordagens diferentes, sejam elas de natureza teórico-epistemológica, metodológica ou política, todas elas refletindo a natureza plural da Angolanística. O livro expressa quer a escrita da História de Angola por um militar do Iluminismo, quer o património e folclore musical do trabalho forçado na Companhia de Diamantes na década de 1950, quer as tradições culturais angolanas como o alambamento, quer o plurilinguismo e a emergência das línguas nacionais, quer os aspetos da política e do poder judicial em Angola. O livro em análise cumpre os objetivos de facilitar os laços com a comunidade de investigadores sobre Angola e impulsionar um trabalho colaborativo entre académicos que estudam este país.

Referências

- Ortiz-Márquez, M. (1999). Transculturación narrativa y la polémica posmoderna. In Ortiz-Márquez (org). Ángel Rama y los estudios latinoamericanos. (pp. 193-212). Pittsburgh.

Quinta, J. Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (2017). O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. *Revista Lusófona de Educação*, 35, 137-154. doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle35.08. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/5919>

Sanches, I. & Soares, S. (2021). A Política nacional de educação especial para a inclusão escolar em Angola: perceções dos implicados no processo. *Revista Lusófona de Educação*, 54, 119-135 doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle54.08 <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/7711>

Santos, F. D. (ed). (2020) A Angolanística como disciplina académica. *Atas do 1.º Congresso Internacional de Angolanística*. CEDESA.

Vieira, J.L. (1979). *João Vêncio: os seus amores*. Edições 70.

Maria Fonseca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7946-4825>

Maria Gonçalves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2531-4618>

Dulce Franco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0288-1804>

Joana Quinta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3925-078X>

Esmeralda Santo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3415-8220>